

**DO PÚBLICO AO PRIVADO, DO PRESENCIAL À EAD:
DESAFIOS DO NOVO DESENHO DO ENSINO SUPERIOR NO
BRASIL**

Kellen Ceretta¹
Luiz Eduardo Krüger²
Allyson Barbosa da Silva³
Maysa de Fátima Moreira⁴
Rafael de Almeida Mota⁵
Simone Buiate Brandão⁶
Talles Santos Faria Silva⁷
Thiago da Silva Rabelo⁸
Wesley de Oliveira Silva⁹

RESUMO

O ensino superior brasileiro vem passando por intensas transformações nas últimas décadas, impulsionadas pela expansão da matrícula, pela ampliação da Educação a Distância (EaD) e pela crescente demanda por inclusão social. Tais mudanças colocam em evidência um conjunto de desafios que envolvem tanto a democratização do acesso quanto a garantia da qualidade acadêmica e a sustentabilidade institucional. Este trabalho tem como objetivo discutir os principais desafios do novo desenho do ensino superior no Brasil, articulando a análise histórica da configuração público-privada do setor com os debates contemporâneos em torno da nova política de EaD, instituída pelo Decreto nº 12.456/2025. O estudo baseia-se em revisão bibliográfica e documental, tomando como referência Durham (2003), Cunha (2007), Dias Sobrinho (2013), relatórios do INEP e a recente regulamentação do MEC. Conclui-se que o futuro do ensino superior brasileiro dependerá da capacidade de articular inovação pedagógica, políticas públicas consistentes e compromisso social, de modo a equilibrar acesso, qualidade e relevância.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior. Políticas educacionais. Educação a distância. Qualidade de ensino.

INTRODUÇÃO

O ensino formal, principalmente o superior, ocupa um lugar central no desenvolvimento social, econômico e cultural de qualquer nação. No Brasil, o ensino superior tem sido marcado por processos

¹ Mestre. Universidade Evangélica de Goiás. ke.ceretta@gmail.com

² Mestre. Universidade Evangélica de Goiás. luiz.dias@unievangelica.edu.br

³ Especialista. Universidade Evangélica de Goiás. allyson.silva@unievangelica.edu.br

⁴ Mestre. Universidade Evangélica de Goiás. maysa.rodrigues@docente.unievangelica.edu.br

⁵ Mestre. Universidade Evangélica de Goiás. rafaelmota001@gmail.com

⁶ Doutora. Universidade Evangélica de Goiás. buiatt@gmail.com

⁷ Especialista. Universidade Evangélica de Goiás. talles.silva@unievangelica.edu.br

⁸ Mestre. Universidade Evangélica de Goiás. thirabeloo@gmail.com

⁹ Especialista. Universidade Evangélica de Goiás. wesleyoliveira.arquitetura@gmail.com

de expansão acelerada, tensionados pela necessidade de democratização do acesso e pela busca pela qualidade. Nas últimas décadas, fatores como a massificação das matrículas, a ascensão da Educação a Distância (EaD) e as demandas do mercado de trabalho têm produzido um cenário de reconfiguração das universidades e faculdades.

Ao mesmo tempo, a globalização, o avanço das tecnologias digitais e o surgimento de novos paradigmas de aprendizagem impõem às instituições brasileiras o desafio de se reinventar sem perder de vista sua função social e científica. Nesse contexto, discutir os desafios do novo desenho do ensino superior significa analisar não apenas as conquistas da expansão, mas também os limites e contradições que surgem diante de um cenário em que quantidade não pode substituir qualidade.

E é sobre essa discussão que este trabalho se distende, com o objetivo analisar os principais desafios contemporâneos enfrentados pelo ensino superior brasileiro, com foco na regulamentação da EaD como elemento estruturante do novo desenho educacional. Para isso, parte-se de um resgate histórico da configuração do setor, apoiado em Durham (2003), até chegar às medidas recentes adotadas pelo Ministério da Educação.

METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica exploratória (Gil, 2008) com a finalidade de encontrar na literatura especializada elementos que embasassem uma análise histórica do ensino superior. Essa pesquisa foi, então, confrontada com o contexto atual da configuração ensino superior no Brasil a partir dos marcos legais e institucionais bem como os desafios impostos pela realidade trazida pelas novas tecnologias, buscando dar possíveis caminhos.

A trajetória do ensino superior brasileiro é marcada por especificidades históricas que ajudam a compreender os dilemas atuais. Segundo Durham (2003), duas características definem a formação desse sistema: a criação tardia, apenas em 1808, e a presença precoce de instituições privadas, que desde a década de 1960 assumiram papel central na absorção da demanda por ensino superior. Essa particularidade fez com que o Brasil desenvolvesse uma dualidade estrutural: de um lado, universidades públicas, voltadas predominantemente à pesquisa e à formação acadêmica, e, do outro, as instituições privadas, que se tornaram fundamentais na expansão do número de vagas e na diversificação da oferta de cursos. Assim, o crescimento do setor privado contribuiu significativamente

para a democratização do ensino superior, permitindo que grupos sociais até então excluídos pudessem ingressar na universidade.

Durham (2003) destaca que essa ampliação do acesso trouxe consigo novos desafios, sobretudo no que diz respeito à necessidade de equilibrar quantidade e qualidade. O avanço da Educação a Distância (EaD), consolidado nas últimas duas décadas, reforçou esse movimento de inclusão, ao mesmo tempo em que exigiu o aperfeiçoamento de práticas pedagógicas e regulatórias para garantir a excelência formativa.

Autores como Dias Sobrinho (2013) e Cunha (2007) ressaltam que o ensino superior deve ser compreendido como um bem público, ainda que oferecido por diferentes tipos de instituições. Nessa perspectiva, o principal desafio está em assegurar que a expansão do sistema, seja por meio de universidades públicas ou privadas, mantenha o compromisso com a qualidade, a relevância social e a formação integral do estudante, em consonância com as recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco (2022).

De acordo com o Censo da Educação Superior (INEP, 2023), a EaD já responde por mais da metade das novas matrículas no país, demonstrando sua importância no novo cenário educacional brasileiro. Essa modalidade representa não apenas um avanço tecnológico, mas também uma estratégia de inclusão e flexibilização da aprendizagem, especialmente em um país de grandes dimensões territoriais. Desse modo, os desafios contemporâneos do ensino superior no Brasil não surgem de forma isolada, mas como continuidade de um processo histórico de expansão e diversificação institucional. A busca por qualidade, inovação e relevância social constitui hoje o eixo central das políticas voltadas ao fortalecimento do setor, tanto público quanto privado.

É nesse contexto que se insere a recente Nova Política de EaD (Decreto nº 12.456/2025), publicada pelo Ministério da Educação. A medida representa um esforço do poder público para consolidar um marco regulatório que assegure a qualidade da formação, valorize o corpo docente e garanta que a expansão do ensino superior continue ocorrendo de forma equilibrada e socialmente responsável.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Entre os desafios mais urgentes do ensino superior brasileiro está a regulamentação da EaD, modalidade que, nos últimos anos, passou a ocupar posição central no sistema educacional. Se, por um

lado, ela representa uma oportunidade estratégica de ampliar o acesso em um país de dimensões continentais, por outro, levanta preocupações quanto à qualidade da formação.

A nova política de EaD, instituída pelo Decreto nº 12.456/2025, estabelece mudanças significativas no cenário nacional. Entre as principais medidas, destacam-se: a criação do formato semipresencial, a exigência de infraestrutura mínima nos polos, a valorização do corpo docente e a proibição da oferta de cursos como Medicina, Direito, Enfermagem, Odontologia e Psicologia na modalidade totalmente a distância. Tais mudanças sinalizam um esforço de equilibrar a democratização do acesso com a preservação da qualidade acadêmica.

Outro ponto relevante é a diferenciação entre atividades assíncronas, síncronas e síncronas mediadas, com maior incentivo às interações em tempo real entre docentes e estudantes. Essa medida busca aproximar a experiência do aluno EaD da vivência presencial, reduzindo a distância simbólica entre as modalidades. Além disso, a obrigatoriedade de avaliações presenciais com peso majoritário reforça a credibilidade do processo formativo.

O surgimento do formato semipresencial representa um avanço ao combinar a flexibilidade da EaD com a importância das atividades práticas e presenciais, especialmente nas licenciaturas e nas áreas da saúde. Essa inovação pode contribuir para reduzir a dicotomia entre presencial e a distância, oferecendo alternativas mais adequadas a diferentes perfis de estudantes.

Apesar dos avanços, persistem desafios estruturais. A efetiva implementação da nova política dependerá do financiamento das instituições, da fiscalização rigorosa dos polos e da valorização real do trabalho docente. Ademais, permanece a necessidade de repensar os currículos, tornando-os mais interdisciplinares e alinhados às demandas da sociedade e do mercado de trabalho. Assim, os dilemas atuais reiteram tensões históricas já identificadas por Durham (2003): a busca por inclusão, massificação e ampliação do acesso, de um lado, e a necessidade de qualidade, pesquisa e relevância social, de outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino superior brasileiro encontra-se em um momento decisivo de sua trajetória. O novo desenho institucional, marcado pela centralidade da EaD e pela tentativa de regulamentação mais rigorosa, evidencia tanto avanços quanto contradições. Se, por um lado, a ampliação do acesso é uma conquista inegável, por outro, não se pode negligenciar o risco de precarização e de perda de qualidade.

A análise histórica mostra que as tensões entre público e privado, acesso e qualidade, quantidade e relevância sempre estiveram presentes. O decreto de 2025, ao redefinir os contornos da EaD, busca enfrentar esses dilemas e estabelecer um novo patamar regulatório. Entretanto, sua efetividade dependerá da articulação entre políticas públicas consistentes, inovação pedagógica, financiamento adequado e compromisso das instituições com sua função social.

Dessa forma, é possível concluir que os desafios do novo desenho do ensino superior no Brasil consistem em equilibrar inclusão e excelência, democratização e qualidade, expansão e relevância. O futuro desse setor dependerá da construção coletiva de uma universidade que seja, ao mesmo tempo, acessível, inovadora e socialmente comprometida.

Por fim, é necessário pontuar que esse estudo busca apenas e tão somente fomentar uma necessária discussão sobre os rumos do ensino superior no Brasil e não tem a pretensão de ser extensivo tampouco dar conta de todas duas as nuances e especificidades. Assim, sugere-se aprofundamento e novas pesquisas nesta área que, em função da nova dinâmica da educação ao redor do globo, avança a passos mais largos do que a ciência é capaz de acompanhar no sentido de buscar de soluções e alternativas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior 2023. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 04 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025. Institui a Nova Política de Educação a Distância. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/assinado-decreto-que-institui-a-nova-politica-de-ead>. Acesso em 04 out. 2025.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: **500 Anos de Educação no Brasil - 3^a Ed.** 2007. São Paulo: Autentica, 2007. Disponível em: <https://www2.fag.edu.br/professores/solange/PESQUISA%20EM%20EDUCACAO/BIBLIOGRAFIA/CUNHA,%20Luiz%20Ant%C3%A9nio.%20Ensino%20superior%20e%20universidade%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 04 out. 2025.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: bem público, equidade e democratização. In: **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 107-126, mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/8vyyv53ksSMWX7jhYsHlsXv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05

ANAIS DO 49º SEMINÁRIO DE ATUALIZAÇÃO DE PRÁTICAS DOCENTES

out. 2025.

DURHAM, Eunice. **O ensino superior no Brasil: público e privado.** São Paulo: NUPES/USP, 2003. Disponível em: <https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt0303.pdf>. Acesso em 04 out. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

UNESCO. **Reimaginar nossos futuros juntos:** um novo contrato social para a educação. – Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, UNESCO; Boadilla del Monte: Fundación SM, 2022. Disponível em: <https://educacao.cemaden.gov.br/midiateca/reimaginar-nossos-futuros-juntos-um-novo-contrato-social-para-a-educacao/>. Acesso em: 05 out. 2025.